



EM 2022 CONQUISTAMOS:

FIM DO CONFISCO E PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DA CATEGORIA 0

REVERTEREMOS A BAGUNÇA DA ATRIBUIÇÃO DE AULAS



Encerramos 2022 com duas importantes conquistas para a categoria: derrubamos o confisco dos aposentados e asseguramos o emprego de 50 mil professores com a prorrogação dos contratos. Estas vitórias foram frutos da articulação entre nossa constante mobilização e um mandato parlamentar vinculado ao nosso Sindicato. Em 2023, vamos manter nossas lutas e reforçar a mobilização em todos os espaços por reajuste salarial, valorização profissional e garantia de um ensino público de qualidade para todos.

Págs. 4 e 5

E mais

CER aprova eixos de luta
Reuniões do CER debatem conjuntura e aprovam ações em defesa da escola e dos serviços públicos Pág. 3

Democracia sempre: do estado democrático de direito ao chão da escola
Eleição do presidente Lula assegura a democracia em nosso país. Vamos lutar pela revogação de todas as reformas que prejudicaram a classe trabalhadora Pág. 3

Grito pela Educação e serviços públicos
APEOESP propôs retomada da luta unificada em defesa da Educação e dos serviços públicos de qualidade Pág. 6

Professora Bebel é reeleita
Com votação expressiva, Professora Bebel, presidenta da APEOESP é reeleita para mais um mandato na Alesp Pág. 8



ÍNDICES DA APEOESP JANEIRO/ 2022



PEB I (24h): R\$ 1.473,79 | PEB II (24h): R\$ 1.706,10
SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 1.302,00 | SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 6.647,63

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE FEVEREIRO SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO

Diversidade, igualdade e inclusão nas escolas e nas ruas



Pioneira na promoção de debates em defesa da diversidade, igualdade e inclusão, seja através de secretarias dedicadas ao tema e eventos, como seminários e encontros, a APEOESP abordou nas edições anuais dos seus boletins temáticos, assuntos que mobilizaram o Brasil em 2022.

O IX Laço Vermelho, lançado em dezembro, Mês Mundial de Luta Contra a Aids, chegou aos professores, como sempre, alinhado às diretrizes do Unids, o Programa Conjunto das Nações Unidas Sobre HIV/Aids. A publicação combate as fake news sobre Ciências e vacinação, com informações sobre a campanha da ONU pela imunização, e também aborda o desafio global para estabelecer um acordo pandêmico, que garanta o direito à saúde.

Em novembro, a APEOESP lançou o Boletim da Consciência Negra, publicação dedicada à Educação Antirracista que, nesta edição, destacou o

protagonismo de personagens antes marginalizados nas celebrações do bicentenário da Independência do Brasil e do centenário da Semana de Arte Moderna de 22. O Boletim revela personalidades até então apagadas nos livros escolares e na cena cultural, como a escritora Maria Firmina dos Reis, homenageada na Festa Literária Internacional de Paraty.

Educação Antirracista

Destaques na edição 2021 do Boletim da Consciência Negra da APEOESP e também pauta neste ano, o Projeto Seta - Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista, foi um dos cinco selecionados no Desafio da Equidade Racial e o único representante da América Latina entre os premiados pela Fundação Kellogg.

Coincidentemente, o sucesso internacional do Seta acontece no ano em que o Brasil comemora 10 anos

de adoção do sistema de cotas para a população afrodescendente.

Pesquisa recente realizada pelo Instituto Dacor, em parceria com o Insper, revela a relevância destes temas defendidos pela APEOESP: quase 20 anos após sua promulgação, a lei que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira ainda não é cumprida na maioria das escolas do País.

De acordo com o estudo, os principais problemas para a implementação da Lei 10.639 de 2003 são o desconhecimento dos membros da comunidade escolar sobre a temática, a ausência de formação teórica dos professores e resistência dos responsáveis pelas crianças e/ou adolescentes à aplicação da lei.

Pluralidade

Sempre inspirado em valores como a criatividade, o talento e sobretudo o respeito às diversidades, o Boletim LGBTQIA+ chegou a sua 11ª edição em junho de 2022, com uma matéria sobre o Museu da Diversidade, então fechado em uma polêmica judicial. Vizinho à sede da APEOESP, o Museu é o terceiro do mundo e o primeiro da América Latina destinado à memória e pesquisa LGBTQIA+. Além disso, tem um histórico de exposições referenciais para os fãs de literatura, fotografia e moda.

A publicação destaca ainda o Almanaque LGBTQIA+, lançado pela CUT Brasil em parceria com a Solidarity Center, entidade filiada à AFL-CIO – maior organização sindical dos Estados Unidos e Canadá.

Feminismo

Para celebrar o Mês Internacional das Mulheres, o Sindicato lança tradicionalmente em março a edição anual do seu Boletim das Mulheres e também vai às ruas, ao lado de outras entidades da sociedade civil, na Marcha Internacional das Mulheres.

A edição 2022 do Boletim abordou temas infelizmente recorrentes para a população feminina, como a cultura do estupro e a violência obstétrica, mas também exaltou o legado de mulheres negras icônicas, falecidas recentemente, como a escritora e ativista Bell Hooks e a cantora e compositora Elza Soares.

As temáticas abordadas nas publicações especiais da APEOESP podem inspirar os professores na elaboração de conteúdos pedagógicos e também oferecem informações essenciais, seja no combate aos preconceitos e violência ou na identificação e esclarecimento de fake news.

As edições impressas dos boletins estão esgotadas, mas eles estão disponíveis para download no site da APEOESP.

Livros, teses e sala de aula



Invisibilizados nos grandes eventos do mercado editorial, os professores da rede estadual de São Paulo têm uma vasta produção literária que está, gradativamente, conquistando notoriedade. A APEOESP divulga livros e trabalhos acadêmicos em seu site, na seção Teses e Dissertações, e no Boletim Educacional e Cultural, publicação semanal e eletrônica que chegou ao final de 2022 com 848 edições.

Um destes professores/escritores tem ainda mais motivos para comemorar. Autor de 25 livros, Antonio Carlos Garcia, professor de Matemática e ex-vice-presidente da APEOESP, está com algumas das suas obras à venda em livrarias da Europa. A sua editora, Clube de Autores, disponibilizou títulos como “Jaguaretê – A Cidade dos Coronéis” e “Como Será Nosso Futuro” em sites de livrarias da Holanda e da Irlanda.

Outro talento da rede estadual é o professor de Língua Portuguesa e psicanalista, Davi Fernandes Costa, que lançou pela Pimenta Cultural um livro com sua dissertação de mestrado, elaborada durante a pandemia. O trabalho foi tema da resenha “Mestrado utiliza Psicanálise e Educação para analisar cotidiano escolar”, publicada na seção Teses e Dissertações do Portal APEOESP, no último mês de setembro.

O professor David obteve o título de Mestre em Educação em 2021, na Universidade Ibirapuera, com a dissertação “Obediência e desobediência no cotidiano escolar: um professor em diálogo com Paulo Freire e Erich Fromm”.

Trajetória semelhante segue a professora Nathália de Oliveira, que acaba de lançar “Corpos injuriados na escola: problematizações para o ensino de filosofia”, livro com sua dissertação de mestrado, apresentada na Universidade Federal do ABC.

Não ao extremismo



O culto ao nazismo continua provocando crimes que o Brasil não conhecia em sua História, como o covarde ataque às escolas de Aracruz, no Espírito Santo, que deixou quatro mortos e outras vítimas em estado grave.

Ainda sob o choque da chacina co-

metida por um adolescente, no dia 25 de novembro, o Brasil registrou no final do ano letivo a vandalização de unidades da USP e Unifesp, e de uma escola pública em Contagem, Minas Gerais, pichadas com símbolos e frases nazistas.

O País que sempre enfrentou suas mazelas, sem perder a aura da diversidade e da alegria, enfrentou o período eleitoral sob uma onda de ódio e racismo sem precedentes, que não poupou religiosos, igrejas, templos, artistas consagrados, o centro do poder e também invadiu as escolas, cooptando crianças e adolescentes fragilizados pela pandemia, crise econômica e polarização política. Nossa democracia sofreu um forte ataque.

A boa notícia é que as mesmas redes sociais agilizam denúncias, despertam uma forte indignação e a justiça vem sendo feita para assegurar a democracia em nosso país.

Editorial

DEMOCRACIA SEMPRE: DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO AO CHÃO DA ESCOLA



Professora Bebel
Presidenta da APEOESP

A posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva representa uma vitória histórica da democracia sobre o autoritarismo da extrema direita. Porém, os atos terroristas do dia 8 de janeiro demonstram que o golpismo bolsonarista ainda não foi derrotado. As instituições, sob a liderança do presidente Lula, reagiram à altura, sufocando a tentativa de golpe. É preciso que todos os golpistas, incluindo mentores e financiadores, sejam punidos.

A APEOESP, coerente com sua história e presença em todos os momentos de luta contra a ditadura, o autoritarismo e os retrocessos, ocupa o seu lugar na linha de frente da luta neste momento, sob o lema: **Democracia sempre: do estado democrático de direito ao chão da escola.** Estamos juntos com a classe trabalhadora nessa luta por democracia e direitos.

No estado de São Paulo, apesar de todas as adversidades, terminamos o ano de 2022 com grandes vitórias, com o fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas e a prorrogação dos contratos dos professores da categoria D.

Lutamos agora pela devolução dos valores descontados no confisco e pela garantia aos professores da categoria D, da categoria F aos efetivos, enfim, a todos os segmentos da nossa categoria, tendo sempre em perspectiva a qualidade da Educação.

Estamos iniciando nossa Campanha Salarial, Profissional e Educacional de 2023. Queremos mesa permanente de negociação, cumprimento do piso salarial nacional, jornada do piso, estabilidade da categoria F aos professores da categoria D até que haja o imediato concurso público, que precisa ser para um mínimo de 100 mil vagas, democratização dos espaços escolares e direito de organização e participação nas instâncias do Sindicato, entre outros eixos fundamentais.

É urgente a revogação da Lei Complementar 1374/2022, que instituiu o subsídio e desmontou nossa carreira. Mais urgente



ainda é a revogação do artigo 80 desta lei, que estabeleceu as jornadas de trabalho como principal critério para atribuição de aulas e concursos. Queremos o resgate do tempo de serviço e títulos com critério para a classificação da atribuição de aulas e para a evolução na carreira. As distorções e injustiças da atribuição de aulas 2023 precisam ser corrigidas.

Queremos carreira aberta, justa e atraente, que atenda às expectativas e necessidades do Magistério público estadual.

Revoga já!

O período que se abre com a posse de Lula na Presidência

da República é de muita luta, em outro patamar. Trata-se de nos mantermos mobilizados para derrubar os retrocessos e reconstruir o caminho para que o povo brasileiro possa ter emprego, renda, direitos, serviços públicos de qualidade, vida digna.

Por essa razão a APEOESP aderiu ao movimento Revoga já!, para que o governo Lula revogue todas as reformas e ataques aos serviços públicos, aos servidores, aos direitos de toda a classe trabalhadora e da população. Precisam ser revogadas as reformas trabalhista, previdenciária, a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio e tantos outros retrocessos.

É preciso que o Plano Nacional de Educação (PNE) seja implementado, que voltem a ser realizadas as Conferências Nacionais de Educação, que se apliquem 10% do PIB na Educação, que sejam cumpridas em todos os Estados e Municípios a lei do piso salarial profissional com a jornada determinada por ela. Enfim, que sejam superados todos os retrocessos.

Dia Nacional de Luta

Para tanto, levaremos à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e às demais centrais, à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e frentes nacionais a proposta de convocação de um Dia Nacional de Luta, para exigir que o Brasil devolva dignidade e condições de vida ao povo brasileiro.



A convite do presidente Lula, Professora Bebel participa de reunião com centrais sindicais e outras entidades no Gabinete da Transição em Brasília

Lutaremos contra todo retrocesso no estado de São Paulo

Derrotado nas eleições presidenciais, a extrema direita bolsonarista comandará o mais rico estado da federação, por meio do governador eleito, Tarcísio de Freitas.

Não aceitaremos privatizações e ataques aos direitos humanos

O novo governador é carioca, foi ministro no governo Bolsonaro, recém chegado ao estado de São Paulo e não tem conhecimento e vivência dos nossos problemas. As poucas propostas que apresentou durante a campanha nos fazem ficar alertas para a necessidade de fortes e constantes mobilizações.

Trata-se de um político com perfil e histórico de privatista – tanto que ficou conhecido como “martelo de Thor”, pelo entusiasmo como batia o martelo nas privatizações que realizou como ministro – e já anunciou a intenção de privatizar empresas como a EMAE e a SABESP.

Assim como Bolsonaro, demonstra-se insensível aos direitos humanos, extinguindo a Secretaria das Pessoas com Deficiência e

nomeando para comandar a pasta da Segurança Pública o Coronel Guilherme Derrite, que já afirmou que o bom policial deve ter pelo menos “3 homicídios” no currículo. A nova secretária de Políticas para Mulheres, Sonaira Fernandes, por sua vez, postou em redes sociais que o “feminismo é o grande genocida do nosso tempo”.

Um privatista na Educação

A nomeação de Renato Feder na Secretaria da Educação, da mesma forma, confirma o viés privatista do governo de Tarcísio de Freitas e faz prever enfrentamentos importantes, pela forma desrespeitosa como lidou com os direitos dos profissionais da Educação no Paraná, onde enfrentou muitas mobilizações.

Renato Feder deixou encaminhado projeto para privatizar 27 escolas estaduais, mas até o momento o governo paranaense só conseguiu impor a privatização em duas unidades. Tentou também impor aulas remotas no ensino médio – reduzindo o número de professores e os tornando meros monitores – mas teve que recuar.

Em sua gestão, não houve valorização salarial e negou direitos educacionais aos estudantes durante e depois da pandemia.

Empresário na área de tecnologia, sua empresa mantém contratos com o poder público, inclusive com a pasta que irá comandar.

A APEOESP não se dobra

Já enfrentamos secretários com este perfil e vamos lutar novamente em defesa da Educação pública e dos nossos direitos. A APEOESP não se dobra e não se dobrará. Não aceitaremos assédio moral e vamos garantir a liberdade e organização e ação sindical.

Para tanto, a unidade e a participação de todos e todas nas ações do Sindicato é importantíssima. Reforçaremos nossa luta por carreira justa, fim do subsídio, reajuste salarial imediato, valorização salarial e profissional, aplicação da jornada do piso, melhores condições de trabalho, implementação do Plano Estadual de Educação, gestão democrática e tantas outras reivindicações pelas quais vimos lutando há tanto tempo.

ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO ASSEGURAM VITÓRIA

APEOESP, o maior Sindicato da América Latina, nunca se furtou à luta pelo Magistério e também dos demais setores do funcionalismo público. E nesta trajetória, buscamos também os caminhos jurídicos e o Parlamento, e neste momento, do trabalho parlamentar de uma deputada que atua no Executivo. Veja nestas páginas os avanços conquistados

CATEGORIA 0

Prorrogação dos contratos preservam 50 mil empregos



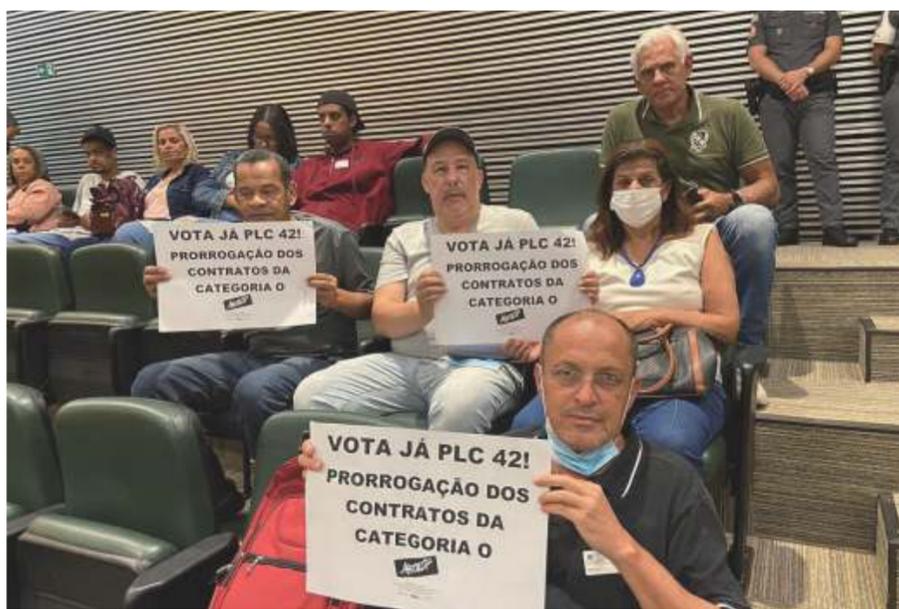
Mobilização na SEDUC em defesa dos professores da categoria 0



Audiência pública na Alesp pela prorrogação dos contratos

No dia 17/12 o então governador do Estado, Rodrigo Garcia, fez publicar no Diário Oficial do Estado a Lei Complementar 1381/2022, que resultou do PLC 42/2022, de autoria da Professora Bebel em coautoria com todos os demais deputados e deputadas. A lei prorroga por um ano os contratos dos professores da categoria 0 iniciados em 2018 e 2019. O governo estima que 50 mil empregos foram mantidos, assim como as condições normais de participação no processo de atribuição de aulas de 2023.

Com nossa persistente luta, resolveu-se este problema emergencial. A APEOESP, no entanto, luta por solução estrutural para a situação de milhares de professores contratados de forma temporária. Desde que a LC 1093/2009 entrou em vigor, já conseguimos muitos avanços, entre eles triplicar o tempo de



Professores e diretores da APEOESP ocuparam as galerias da Alesp

contrato, acabar com as “provinhas” de contratação e o fim da duzentena (hoje quarentena). São medidas ainda insuficientes.

Esses professores, que hoje representam metade dos docentes da rede estadual de ensino, merecem ter condições dignas de contratação e de remuneração. Eles devem ter direitos equivalentes aos professores efetivos durante o contrato e concursos públicos devem ser realizados periodicamente para que possam se efetivar. Para isso, lutamos incansavelmente para que o governo cumpra a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação.

De imediato, queremos a realização de concurso público para pelo menos 100 mil vagas, a fim de regularizar o quadro de professores da rede estadual de ensino.

APEOESP na luta em defesa do IAMSPE



Conselheiros e diretores da APEOESP participam do ato público em defesa do IAMSPE no dia 27 de outubro.

No segundo semestre, a APEOESP participou de inúmeras atividades em defesa do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica do Servidor Público do Estado) – com a campanha “O IAMSPE é nosso!”. No dia 30 de junho, por exemplo, a presidenta da APEOESP, Professora Bebel, que também é deputada estadual, promoveu uma audiência pública na Assembleia Legislativa, em parceria com a Comissão Consultiva Mista e a Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE.

Na audiência, Bebel lembrou a necessidade de que todos os servidores priorizem a luta pelos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto

para melhorar e descentralização o atendimento médico em todas as regiões do Estado. Durante o evento, foram relatados os problemas estruturais e de atendimento do Instituto e do Hospital do Servidor Público Estadual, a não renovação de convênios com clínicas, hospitais e laboratórios no interior e irregularidades decorrentes de privatizações e terceirizações, reforçando a necessidade da instalação da CPI do IAMSPE (requerimento do mandato da Professora Bebel).

A APEOESP esteve presente ainda em três atos públicos em defesa do IAMSPE nos dias 25 de agosto, 27 de outubro e

14 setembro em frente ao Hospital do Servidor Público do Estado (HSPE). As principais reivindicações dos servidores públicos são a contribuição do governo de 3% sobre a folha de pagamento dos servidores, a instituição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal paritários, fim das terceirizações, realização de concursos públicos, a melhoria da qualidade e a descentralização do atendimento para todas as regiões do estado. “Nós, servidores e servidoras, sustentamos o IAMSPE com nossas contribuições mensais, por isso exigimos participar de sua gestão, por meio de um conselho administrativo paritário”, explicou Bebel.

D E TRABALHO PARLAMENTAR RIAS À CATEGORIA

luta, às ruas, ao embate, às ações em defesa de todos os integrantes do. Nosso histórico de lutas é e sempre será referência em todo o país. articulada sempre com nossas mobilizações através da ocupação dos espaços e, que também é dirigente sindical da categoria: Professora Bebel. com esta importante e necessária articulação.

Conquistamos o fim do confisco

Queremos a devolução dos valores descontados de aposentados e pensionistas

A luta obsessiva da APEOESP, juntamente aos demais segmentos de servidores públicos, da ativa e aposentados, e com a atuação parlamentar de oposição na Assembleia Legislativa, derrubaram o confisco salarial de aposentados e pensionistas.

Merece destaque a atuação da deputada Professora Bebel, presidenta da APEOESP, que não apenas apresentou três projetos para acabar com o confisco (assim como também apresentaram projetos os deputados Campos Machado, Danilo Balas, Delegada Graciela, Carlos Giannazi), mas, sobretudo, foi a principal articuladora do Projeto de Lei Complementar (PLC) 43/2022, assinado por todos os 94 deputados e que foi aprovado por unanimidade no plenário da Casa no dia 25 de outubro de 2022, tornando a Lei Complementar 1380/2022.

A luta, no entanto, não cessou. Queremos a devolução dos valores descontados desde setembro de 2020. Já está em tramitação na Alesp o PLC

48/2022, de autoria da Professora Bebel, que propõe alteração na Lei 1354/20 de modo a regulamentar a devolução da quantia cobrada a mais dos aposentados e pensionistas. Em 2023 essa será uma de nossas principais campanhas: mais uma vez, não mediremos esforços para ocupar as ruas e o Parlamento em defesa dos aposentados e pensionistas.

Revisão da vida toda

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o valor das aposentadorias pagas pelo INSS deve ser calculado considerando o conjunto das contribuições durante toda a vida e não apenas parte delas, como é praticado atualmente.

Com base nesta decisão, a APEOESP está realizando estudos para impetrar ação que garanta aos professores e professoras o direito a essa revisão, nos casos em que seja vantajosa.

Acompanhe as publicações em nosso portal (www.apeesp.org.br) para acompanhar este processo.

Carreira, valorização salarial e profissional são prioridades



O governo estadual que assumiu em janeiro com Tarcísio Gomes de Freitas não apresentou um plano de governo durante o processo eleitoral.

As declarações do então candidato e sua anunciada escolha de Renato Feder, ex-secretário da Educação do Paraná, para assumir a Secretaria de Educação (SEDUC) sinalizam para uma gestão privatista e contrária aos serviços públicos e seus servidores.

A luta da APEOESP nas últimas décadas tem sido para defender a rede pública de ensino de gestões que pretendem desmontá-la, entregá-la ao mercado e retirar nossos direitos profissionais.

Vamos intensificar nossas lutas e organização para reverter os profundos ataques que foram feitos contra a nossa categoria durante os governos do PSDB, especialmente pelo governo Doria/Rodrigo Garcia. E também vamos reforçar nossa mobilização contra qualquer tentativa do novo secretário de impor prejuízos aos profissionais e aos usuários da escola pública.

Revogação da LC 1374: fim do subsídio e carreira justa

Uma reivindicação central é a revogação da lei complementar 1374/2022, que instituiu o pagamento por subsídio e alterou drasticamente nossa carreira, retirando direitos, comprometendo nosso futuro como educadores e a qualidade na rede estadual de ensino.

A luta pela recuperação da nossa carreira é primordial. A LC 1374/2022 retira de quem aderir ao pagamento por subsídio os quinquênios, sexta-parte e outros adicionais. A progressão na suposta "nova carreira" é um engodo, pois fica na dependência de avaliações subjetivas e simplesmente pode não ocorrer. O tempo de serviço e a experiência docente deixam de ser fatores evolutivos, revogando um princípio fundamental para o reconhecimento e a real valorização dos integrantes do Magistério.

Já estamos buscando o diálogo com o novo governo e vamos nos mobilizar pela Comissão Paritária de Gestão da Carreira, recompondo a carreira do Magistério, para que se torne justa e beneficie os profissionais da Educação desde o seu ingresso até a aposentadoria.

Queremos o piso nacional já!

Estudos da Subseção DIEESE da APEOESP/CEPES indicam que é necessário um reajuste de 80% para a equiparação do salário-base com o piso nacional (veja à pág. 8).

Queremos os 10,15% que conquistamos em todas as instâncias e está bloqueado no STF; os 33,24% de reajuste do piso em 2022 e os 14,95% de reajuste do piso salarial em 2023.

Lembramos que piso é base para a valorização salarial e não o teto. Portanto, nossa luta é para que nossos salários sejam sempre no mínimo equivalentes à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior, como determina a Meta 17 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação.



Fim dos confiscos foi uma grande vitória

Escola cívico-militar é inconstitucional

A APEOESP conquistou importante vitória nesta semana no Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi publicado Acórdão que define como inconstitucional a Lei nº 17.359 / 2021, de um deputado bolsonarista da Alesp, que autoriza o Poder Executivo a implementar o modelo de Escola Cívico Militar - ECIM nas instituições de ensino da rede pública estadual.

A APEOESP ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade por considerar que, no aspecto legal, a criação de implementação de programas desse tipo é prerrogativa exclusiva do poder executivo e que a lei e, mesmo se apresentando com

caráter autorizativo, contém na prática aval e determinação para que o poder executivo implemente tal programa.

Liberdade de ensinar

Essa vitória é importantíssima e corrobora nossa luta contra um programa que pretende usurpar verbas e estrutura das escolas públicas para fins militaristas e que, do ponto de vista pedagógico, pretende formatar as mentes de nossas crianças e jovens com a mesma finalidade.

O programa de escolas cívico-militares afronta o princípio constitucional da liberdade de ensinar e aprender, pratica

censura e desrespeita a diversidade e a liberdade nas unidades escolares, além de implantar uma disciplina de quartel, incompatível com os valores democráticos que devem ser praticados na Educação pública. Também institui um regime de trabalho autoritário e abusivo em relação aos profissionais da Educação, não reconhecendo nem valorizando a importância da profissão.

Com essa decisão, a APEOESP segue firme no seu papel de vanguarda nas lutas que trava por uma Educação pública de qualidade, inclusiva, e que seja voltada para os interesses da classe trabalhadora!

CAMPANHA SALARIAL, PROFISSIONAL E EDUCACIONAL 2023

CER define eixos de luta



Reunião do CER de 30/01 aprovou eixos de luta



Direitos aos aposentados foi tema de debate no CER de 17/12

Reunido no dia 30 de janeiro, o Conselho Estadual de Representantes da APEOESP (CER) definiu os eixos centrais da Campanha Salarial, Profissional e Educacional de 2023. Decidiu também que a primeira assembleia estadual da categoria deverá ocorrer em março, preferencialmente articulada com o Dia Nacional de Luta que nosso Sindicato leva para deliberação na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), CUT, demais centrais e frentes nacionais.

A decisão sobre o Dia Nacional de Luta foi tomada no CER de 17 de dezembro de 2022, ocasião em que foi aprovado o documento Plano de Ações Unificadas para o Funcionalismo e Toda a Classe Trabalhadora.

Na ocasião, foram realizados importantes debates com convidados. A mesa

“É possível reconstruir o Brasil”, contou com a participação do economista Luiz Gonzaga Beluzzo (UNICAMP), Thomaz Jensen (DIEESE), Ariovaldo de Camargo (CUT).

A segunda mesa teve como palestrantes o Dr. José Roberto Soderro, formado na faculdade de Direito da Universidade de Taubaté e pós-doutor pela Universidade de Salerno, Itália; Dr. Fábio Gaspar, presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo; Dr. César Pimentel, coordenador do Departamento Jurídico da APEOESP. A mesa tratou primeiramente da repercussão para os servidores públicos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a “revisão da vida toda” (que permite aos aposentados do setor privado a revisão de seus proventos utilizando

todos os seus salários para o cálculo, e não apenas aqueles a partir de julho de 1994) e sobre o confisco salarial de aposentados e pensionistas. Com base na decisão do STF, a APEOESP está realizando estudos para impetrar ação que garanta aos professores e professoras o direito a essa revisão, nos casos em que seja vantajosa para a pessoa interessada.

A terceira mesa do CER de 17/12 tratou do tema “Os desafios dos movimentos sociais no Brasil e no estado de São Paulo”. Veja detalhes no box nesta página.

CER de janeiro dá largada para nossa campanha

Na reunião do CER do dia 30 de janeiro as subseções saíram munidas de duas publicações com estudos e apresentação de nossas reivindicações salariais, profissionais e educacionais. Essas reivindicações estão

contidas nas páginas dessa edição do Jornal da APEOESP.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

- Mesa permanente de negociação
- Revogação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016 – Lei 13.415/2017)
- Fim do PEI e demais programas excludentes
- Gestão democrática, democratização dos espaços escolares e direito de organização e participação nas atividades do Sindicato
- Revogação da Lei Complementar nº 1.374/2022 (subsídio e desmonte da carreira)
- Carreira aberta, justa e atraente que atenda às necessidades do magistério
- Cumprimento da lei do Piso Salarial Profissional Nacional
- Cumprimento da Meta 17 do PNE/PEE – equiparação com a média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior
- Estabilidade de categoria F aos professores da categoria O até que haja imediato concurso para 100 mil vagas
- Melhores condições de trabalho para melhorar a qualidade do ensino
- Cumprimento da jornada do piso

Prorrogação dos contratos da categoria O já é lei

Também no dia 17/12 obtivemos mais uma importantíssima vitória, com a sanção da Lei Complementar 1.381/2022, resultado do PLC 42/2022 – da Professora Bebel, com coautoria dos demais deputados – prorrogando os contratos dos professores da categoria O de 2018 e 2019 e beneficiando 50 mil professores.

Chegaram ao nosso conhecimento casos de professores da categoria O que foram induzidos ao encerramento dos contratos. Com a publicação da lei de prorrogação, a APEOESP está cobrando que sejam desconsiderados esses encerramentos.

Prorrogar os contratos não basta. É preciso que a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação seja cumprida, garantindo direitos equivalentes aos dos efetivos. E que haja de imediato concurso público para 100 mil vagas.

Até que haja concurso, reivindicamos que os professores da categoria O tenham as mesmas condições de estabilidade da categoria F.

Mesas de negociação permanente, revogação do subsídio e comissão paritária da carreira

Entre as nossas prioridades está a instituição de mesas de negociação permanente junto ao governador (com as entidades do funcionalismo) e junto à SEDUC (com a APEOESP e demais entidades da Educação). Além disso é fundamental

que a SEDUC convoque a comissão paritária para resgate da nossa carreira, revogando-se a LC 1374/2022 (subsídio).

Implementação do Plano Estadual de Educação, reajuste salarial e jornada do piso

Queremos a implementação completa do Plano Estadual de Educação, com destaque para a Meta 17, que equipara nossos salários à média salarial de profissionais com formação de nível superior. É preciso cumprir a lei do piso nacional, com o reajuste de 33,24% mais os 10,25% que conquistamos e cujo pagamento está bloqueado no STF.

A jornada do piso precisa ser cumprida de forma correta, como a justiça determinou para o Município de Bebedouro: 1/3 das aulas em atividades fora da sala de aula e não pelo número de horas que o(a) professor(a) trabalha.

Fim dos programas excludentes

É preciso revogar os projetos excludentes, como a farsa do “novo” ensino médio e as escolas PEI, abrindo-se amplo debate na rede estadual de ensino para a construção de um projeto educacional para a juventude, que inclui educação em tempo integral para a formação cultural e intelectual de nossos estudantes para todos os aspectos da vida.



Mesa com representantes das centrais e movimentos



Conjuntura foi debatida no CER de 17/12

Grito em Defesa da Escola Pública e Serviços Públicos no Estado de São Paulo

Na terceira mesa, os representantes dos movimentos sociais debateram “Os desafios dos movimentos sociais no Brasil e no Estado de São Paulo.” Participaram a presidenta da APEOESP e deputada estadual, Professora Bebel; Gilmar Mauro – membro da Coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Raimundo Bonfim – Coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP) e da Frente Brasil Popular; Luiza Martins – presidenta da União Paulista dos Estudantes Secundaristas – UPES; Francisco Kelvim – membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Francisca Seixas, pela CTB; Sergio Cunha pela Intersindical; Flávia Bischaim, da CSP Conlutas; Antonio Carlos Silva, de Educadores em Luta, entre outros. Participou também a estudante Mariana, da UPES PR.

Frente aos possíveis ataques que virão por parte do governador eleito e do novo secretário da Educação, Ricardo Feder, devido ao histórico de ambos, as entidades e movimentos presentes destacaram a necessidade da luta unitária em defesa da educação pública e de mais pautas que interessam aos trabalhadores e à maioria da população no estado de São

Paulo. Desta forma, como resultado do debate realizado, o CER aprovou a retomada do **Grito pela Educação Pública e Serviços Públicos de Qualidade**, reunindo as entidades da Educação, dos estudantes, pais, juventude, movimento sindical, movimentos sociais e outras, para levar adiante as lutas em defesa da escola pública e resistir aos ataques que virão, contra qualquer tentativa de privatização de nossas escolas. Lembramos que esse movimento surgiu no momento em que o governo estadual tentou fechar escolas em 2015 e derrotou a chamada “reorganização escolar”.

A Escola Pública é Nossa e Ninguém Toma

Outra campanha a ser retomada em 2023 é aquela denominada **A Escola Pública é Nossa e Ninguém Toma**, que se destina a sensibilizar a sociedade, os professores, estudantes, funcionários e pais para a necessidade de defendermos nossas escolas contra qualquer tentativa de privatização ou desmonte. A campanha visa ainda o fortalecimento das escolas públicas, no sentido da garantia de acesso de todas e todos à educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade.

Nova pesquisa abordará violência, democratização e qualidade da Educação

Preocupada com o aumento de casos de violência nas escolas, a APEOESP realizará nova pesquisa sobre o tema, como já fez em 2013, 2017 e 2019. Desta vez, buscará abordar o tema articulando violência nas escolas, democratização e qualidade da Educação com uma percepção mais ampla do problema e seus impactos no processo educativo.

No entender do Sindicato, a gestão democrática é a metodologia que permite à comunidade e ao corpo diretivo das escolas públicas trabalharem de forma participativa em um ambiente saudável e pacífico, livre de violência.

APEOESP exige atribuição de aulas justa e respeito aos direitos dos professores

Sindicato quer correção dos erros, distorções e injustiças
Não aceitamos imposição da jornada como fator classificatório



Em pleno recesso, APEOESP realizou ato em frente à SEDUC exigindo nova atribuição



Prof. Bebel e diretores Roberto Guido e Sílvio de Sousa estiveram na SEDUC pelo fim da bagunça na atribuição

Atribuição de classes e aulas é momento fundamental no exercício da profissão docente na rede estadual de ensino. Ela define as condições nas quais professores e professoras poderão trabalhar durante todo o ano letivo.

É absolutamente necessário que o processo de atribuição de aulas seja justo e transparente, para que a categoria possa se sentir segura de que seus direitos serão respeitados e para que a APEOESP possa realizar sua função representativa e de fiscalização de todos os procedimentos.

Como em todos os anos, a APEOESP buscou interlocução com a SEDUC, in-

clusive antes da publicação da Resolução específica, no sentido de garantir que as normas e os procedimentos estejam de acordo com as necessidades da categoria. A luta pela garantia de direitos, pela manutenção de postos de trabalho, pelo respeito e valorização de todos os professores são linhas fundamentais do nosso trabalho.

Agora não tem sido diferente! APEOESP, desde o início do segundo semestre de 2022, buscou assegurar, em todos os espaços possíveis, um processo justo a todos os docentes, tanto efetivos como temporários.

Na Assembleia Legislativa, juntamente com o mandato da Professora Bebel, presidenta do Sindicato, lutamos fortemente contra a aprovação do PLC 3/2022 (LC 1374/2022), que instituiu o subsídio e introduziu as maiores jornadas de trabalho como critério preferencial na atribuição de aulas. Consideramos que esta mudança contraria o tempo de serviço como fator de classificação, como determina a LC 444/85, válida em todas as atribuições de aulas. Quando da aprovação da lei, o Sindicato ingressou na justiça com Ação Direta de Inconstitucionalidade, sendo este um dos pontos de questionamento. Neste momento nossa prioridade é a anulação do artigo 80 da LC 1374/2022, para que sejam resgatados tempo de serviço e títulos como fatores classificatórios.

Em setembro, face à publicação da Portaria instituindo procedimentos

para as inscrições, a APEOESP oficiou ao secretário para exigir atribuição de aulas presencial, justa e transparente e a retirada da jornada como critério para atribuição.

Conquistamos prorrogação dos contratos

No dia 10 de outubro, APEOESP convocou ato para exigirmos a suspensão e correção de todo o processo e a prorrogação dos contratos da categoria O. O secretário simplesmente trancou a sede da Secretaria, recusando-se a nos receber.

Entretanto, na mesma data, anunciou que os professores da categoria O poderiam participar da atribuição inicial, enquanto se buscariam soluções para a prorrogação dos contratos, pois a PGE estava colocando obstáculos ao projeto de lei do Executivo. Conquistamos a prorrogação dos contratos e a solução veio por meio da nossa luta e da iniciativa da deputada Professora Bebel, que protocolou o PLC 42/2022, autorizando o governo a prorrogar os contratos de 2018 e 2019 por mais um ano. Articulando com o presidente da Alesp e com todas as lideranças partidárias, a presidenta da APEOESP e deputada conseguiu a coautoria de todos os demais deputados e o projeto foi aprovado e sancionado pelo governador como a LC 1381/2022, já em vigor.

APEOESP realizou ato em pleno recesso

No final de dezembro a presidenta da APEOESP, professora Bebel, e diretores do Sindicato foram recebidos pelo então secretário Hubert Álqueres, reunião na qual foram reafirmados todos esses pontos. No início de janeiro já estávamos novamente em luta, em pleno recesso escolar. No dia 04 de janeiro, debaixo de forte chuva, realizamos uma manifestação em frente à SEDUC com centenas de professores de todo o estado. No dia 11 de janeiro, estávamos novamente na Praça, sendo a presidenta da APEOESP, diretores e uma professora de base recebidos pelo secretário executivo da nova gestão, Vinicius Mendonça (veja box).

Embora o processo de atribuição não tenha sido anulado, como pleiteamos, dois avanços resultaram da reunião. O primeiro, a possibilidade de redução de aulas por parte de professores com aulas atribuídas, permitindo assim que outros professores possam assumi-las. O segundo, a prioridade na atribuição para professores responsáveis por cuidados com menores ou pessoas com deficiências ou graves doenças. Registre-se que a professora que participou da reunião com o secretário executivo da SEDUC é mãe de uma criança autista.

No dia 30 de janeiro, após a reunião do CER, voltamos à Praça da República para cobrar respostas aos problemas apresentados. Até o momento em que fechávamos esta edição, nossas solicitações de reunião com o secretário Renato Federa não haviam sido atendidas.

Frente a toda pressão da APEOESP, secretário executivo da SEDUC recebe Presidenta e diretores do Sindicato



Após pressão, secretário executivo da nova gestão recebe APEOESP

Após várias solicitações por parte da APEOESP, e frente ao ato público que realizamos nos dias 4 e 11 de janeiro em frente à SEDUC, na Praça da República, naquela mesma data o secretário executivo da Secretaria da Educação, Vinicius Mendonça, recebeu em reunião emergencial a presidenta do Sindicato, Professora Bebel e os diretores Fábio Moraes, vice-presidente; Roberto Guido, secretário de Comunicações; Francisca Seixas, secretária de Assuntos Educacionais e Culturais; Ronaldo Nascimento, diretor estadual, Poliana Nascimento, coordenadora da subsele Litoral Sul, além da professora Viviane Santaloja, uma das prejudicadas na atribuição de aulas.

Nessa reunião, embora o foco central e emergencial tenha sido os

problemas relacionados à atribuição de aulas, nossa entidade apresentou um conjunto de reivindicações, entre elas a instituição da mesa de negociação permanente entre o governo, a APEOESP e demais entidades da Educação, reajuste salarial, fim do subsídio, carreira, ampliação de vagas para concurso imediato, fim do PEI, reformas e construções de escolas, a questão da liberdade de organização e participação dos professores nas atividades do Sindicato, retorno das faltas abonadas e outras reivindicações.

Como temos reafirmado, foram apresentados todos os erros, distorções e injustiças do processo de atribuição de aulas, que prejudicaram milhares de professores. O principal deles é, de fato, a imposição da jornada de trabalho como fator preponderante para a classificação na atribuição, o que é inaceitável.

Assim, essa questão é central para nós, no contexto da luta pela revogação da LC 1374/2022: anular de imediato o artigo 80 dessa lei, voltando a classificação a ser regida por tempo de serviço e títulos, valorizando a experiência dos professores para melhor qualidade do ensino.

Estamos cobrando permanentemente uma reunião do secretário Renato Feder com a nossa entidade e nos mantemos mobilizados, não apenas em torno das questões relativas à atribuição de aulas mas, sobretudo, para que possamos realizar uma grande e forte campanha salarial, profissional e educacional em 2023.

A APEOESP não para de lutar. Está permanentemente trabalhando em defesa dos professores e continuará a fazê-lo, independentemente de férias e recesso escolar, para que os direitos de todos e todas sejam preservados, para que não falem professores para nossos estudantes e para que o ano letivo não seja prejudicado.

Ampliar a luta pela educação e serviços públicos



APEOESP sempre presente nas mobilizações em defesa da Educação pública



Sindicato retomará campanha realizada em 2015 em defesa da escola pública

Lutar por educação pública de qualidade é um compromisso histórico da APEOESP. Como entidade representativa da maior categoria de servidores públicos do Estado, também lutamos por serviços públicos de qualidade e pelos direitos de todo o funcionalismo.

Na reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER) realizada em 17/12, reunimos entidades e movimentos sociais e sindicais como

CUT/SP, MST, MAB, UPES, CTB, Intersindical,

Conlutas, Educadores em Luta, Fórum Estadual de Educação, e outras para debater os desafios para a nossa atuação conjunta em nível estadual e também nacional.

Em conclusão, frente aos possíveis ataques que virão por parte do novo governador e do novo secretário da Educação, Renato Feder, devido ao

histórico e ambos e à composição do novo governo estadual, foi definida a retomada do movimento Grito pela Educação Pública e Serviços Públicos de Qualidade no Estado de São Paulo.

Lembramos que esse movimento, que reuniu dezenas de entidades sindicais, estudantis, de juventude, entidades populares e movimentos sociais foi fundamental na luta contra o fechamento de escolas estaduais em 2015, derrotando a chamada "reorganização escolar".

A escola pública é nossa e ninguém toma

Outra campanha a ser retomada em 2023 é aquela denominada A Escola Pública é Nossa e Ninguém Toma, que se destina a sensibilizar a sociedade, os professores, estudantes, funcionários e pais para a necessidade de defendermos nossas escolas contra qualquer tentativa de privatização ou desmonte.

Ação da APEOESP garante jornada do piso



APEOESP sempre lutou e continuará lutando pelo cumprimento da Lei do Piso

A APEOESP obteve uma vitória importantíssima em Ação Civil Pública impetrada em nome dos professores do Município de Bebedouro, tratando sobre a composição da jornada de trabalho determinada pela lei 11.738/2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional.

Conforme o Acórdão publicado pelo Tribunal, a prefeitura deve cumprir a composição da jornada dos professores da rede municipal considerando como base de cálculo para a divisão das atividades de magistério em 2/3 para atividades com alunos e 1/3 para atividades extra-classe não a hora-aula, mas o número de aulas efetivamente ministradas.

Esta é a composição que manda a lei e não como faz o Estado de São Paulo, que adota a somatória do tempo de cada aula a partir da qual aplica 2/3 para atividades com estudantes e 1/3 para as atividades extraclasses. Com isso, fica superestimado o tempo em que o professor permanece em sala

de aula, em detrimento daquele que deve ser destinada a, por exemplo, elaboração e correção de provas e trabalhos, atendimento a estudantes e pais, formação continuada no local de trabalho e outras.

Lembramos que a aplicação da jornada do piso é objeto do parecer 18/2012 do Conselho Nacional de Educação, cuja relatora foi a Professora Bebel, presidenta da APEOESP, à época membro do CNE, e homologado pelo então Ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Permitir mais tempo para que o professor prepare melhor seu trabalho, impactando positivamente na qualidade do ensino – este é objetivo da chamada jornada do piso. Portanto, sua composição é aquela que melhor atenda ao objetivo da lei, concepção que o Tribunal também acatou em sua decisão.

Face à decisão e a jurisprudência que ela cria, a APEOESP solicitará reunião com o novo secretário estadual da Educação para tratar desta questão.

Reajuste necessário para que se cumpra a lei do piso é de 80%

O Piso Salarial Profissional Nacional é ponto de partida para a nossa valorização – lamentavelmente não é cumprido pelo Governo do Estado de São Paulo. Devido à não concessão de reajustes periódicos aos professores estaduais (houve reajustes apenas em 2018 e 2022), para que o Estado de São Paulo possa cumprir o que define a Lei do PSPN, é necessário um reajuste de 80%.

Piso Salarial Nacional tem reajuste de 14,945%

No dia 29 de dezembro, saiu publicado no Diário Oficial da União Portaria Ministerial nº 6, contendo a última estimativa do Valor Aluno Ano do Ensino Fundamental Urbano (VAAF), que serve de referência para o reajuste anual do piso salarial profissional nacional. O percentual de reajuste do valor do piso nacional do Magistério será de 14,945%, e a partir de 1º de janeiro de 2023 o valor passa a R\$ 4.420,36 por 40 horas semanais.

Uma das lutas da APEOESP em 2023 será a exigência do pagamento do valor do piso nacional e a aplicação da composição de jornada – dois terços para atividades com alunos e um terço para atividades extra-classe.

O Piso Salarial Profissional Nacional é uma conquista histórica dos professores brasileiros, resultado de dois séculos de lutas. Essa conquista começou a se concretizar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), por iniciativa do então deputado federal Gumerindo Milhomem Neto (PT), ex-presidente da APEOESP, que inscreveu na Constituição Federal esse princípio, finalmente transformado na lei 11.738/2008 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entretanto, nem mesmo o piso

nacional o governo do Estado de São Paulo cumpre, o que nos levou em 2017 à justiça para exigir o pagamento do piso. Vencemos em todas as instâncias, mas uma manobra do governo junto ao Supremo Tribunal Federal congelou o pagamento dos 10,15% que nos são devidos. É causa ganha e estamos lutando para que se torne realidade.

Em 2018, lutamos na Assembleia Legislativa e conseguimos o índice de 7% correspondente ao reajuste do piso salarial nacional daquele ano. O restante do funcionalismo teve reajuste de 4%.

A chegada de João Doria e Rossieli Soares ao Governo do Estado aprofundou a política de arrocho salarial. A cominação de ataques dos governos estadual e federal, o advento da pandemia e uma série de medidas restritivas à participação dos professores nas atividades sindicais – como a recusa do governo em autorizar reposições de aulas – dificultaram enormemente nossas mobilizações. Ainda assim, em 2022 conseguimos obter mais 10% de reajuste.

Queremos os 10,15% que está bloqueado no STF; os 33,24% de reajuste de 2022 e os 14,95% de reajuste do piso salarial em 2023.

APEOESP participa do Congresso da Confederação Sindical Internacional

Encontro definiu a pauta por um Novo Contrato Social



Uma das mesas de debates do V Congresso da CSI, que aconteceu em Melbourne, na Austrália.



Professora Bebel, presidenta da APEOESP, Fábio Moraes, vice-presidente (à esquerda), e Ariovaldo de Camargo participaram do Congresso.

Entre os dias 17 e 22 de novembro de 2022 realizou-se o V Congresso da Confederação Sindical Internacional (CSI) na cidade de Melbourne, na Austrália. Ao final do evento foi eleita a nova diretoria da

entidade, que representa mais de 300 centrais e sindicatos nacionais, que possuem um total de 200 milhões de trabalhadores na base em todo o mundo. O tema do Congresso foi “Por um novo contrato social”.



Fábio Moraes, vice-presidente da APEOESP, Professora Bebel e Douglas Izzo, presidente da CUT-SP.

A CSI já teve como presidente o nosso companheiro João Felício, ex-presidente da APEOESP e da CUT, falecido em abril de 2020, que recebeu justa e honrosa homenagem (leia quadro). No V Congresso foi eleito presidente adjunto o companheiro Antônio Lisboa, secretário de Relações Internacionais da CUT.

A APEOESP participou da delegação brasileira por meio da presidenta do sindicato, Professora Bebel, e dos companheiros Fábio Santos de Moraes, vice-presidente da APEOESP, Ariovaldo de Camargo, secretário de Finanças da CUT e Douglas Martins Izso, presidente da CUT/SP.

O Congresso destacou o papel dos sindicatos na construção da paz, sem o qual não pode haver justiça social: empregos, defesa do meio ambiente, direitos dos trabalhadores, salários justos, proteção social, igualdade e inclusão. Desta forma, e principalmente na atual conjuntura, é fundamental o compromisso de todos os participantes do Congresso com as resoluções aprovadas, desde as decisões corporativas, que reforçam a luta por emprego, salário e renda, até questões fundamentais para toda a humanidade, como o meio ambiente, por exemplo, configurando ações integradas por um mundo melhor.

A ganância do capital, aliada ao descompromisso de governantes – especialmente no Brasil, com Jair Bolsonaro – nos conduziram a uma crise climática decorrente da destruição do meio ambiente.

Entre os países amazônicos, o Brasil, de acordo com matéria publicada pela Agência Pública, é o que apresenta o pior índice de desmatamento e degradação do bioma. Os dados de uma pesquisa da Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG), desenvolvida a partir de 2021 (com comparação de dados de 1985 a 2020) identificaram que 26% da Amazônia já estão transformados ou altamente degradados, o que já está causando problemas cruciais ao ecossistema da floresta, como a regulação do regime de chuvas.

A pandemia, por exemplo, precisa ser analisada em toda a sua complexidade, não somente em seu caráter sanitário, buscando identificar as raízes de tudo o que vivemos como decorrência da ação do homem sobre a natureza.

A defesa do meio ambiente deve ser um projeto integrado, que envolva

a todos, de todas as classes sociais, em prol de um mundo melhor, de um mundo verde.

Merece destaque a participação do primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese, no Congresso, ele próprio oriundo do movimento sindical. Na ocasião, anunciou aumento real no salário-mínimo do país, a instituição de um salário para as mulheres vítimas de violência doméstica e o cumprimento da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para a eliminação do assédio nos locais de trabalho.

CNTE em defesa da educação pública

A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) apoiou as entidades estudantis e convocou suas entidades afiliadas para participar do ato nacional em defesa da Educação e contra os cortes de verbas que vinham ocorrendo no governo do ex-presidente Bolsonaro, apoiado por seus aliados nos estados, em outubro passado.

Na oportunidade, o MEC havia comunicado o corte de R\$ 2,4 bilhões, que impactaria e inviabilizaria o funcionamento de universidades e institutos federais em todo o país. A APEOESP participou do ato em São Paulo, que aconteceu no vão-livre do MASP, na avenida Paulista.

Em nota, a direção da CNTE alertou que o ataque aos recursos da educação não foi somente direcionado às universidades públicas, e que o total de cortes na educação neste ano impactaram todas as áreas do MEC, inclusive do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável por transferir recursos financeiros aos estados e municípios para garantir educação de qualidade. Em agosto, o ex-

presidente Jair Bolsonaro havia vetado o reajuste de 34% ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – que repassa recursos aos estados e municípios.

Estudo do Observatório da Alimentação Escolar e a Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (FianBrasil) apontam que o veto ao reajuste levará prejuízos financeiros da ordem de R\$ 1,4 bilhão por ano aos estados. A equipe de transição do atual governo encontrou terra arrasada no MEC. A pasta não tem verbas para a compra de livros didáticos e também não tem dinheiro para pagar bolsa de estudo para 14 mil médicos residentes. As universidades públicas e os institutos tecnológicos não têm verbas para pagar despesas básicas, como conta de luz. Faltam recursos para educação infantil e alfabetização.

Presidente da CNTE, Heleno Nunes participou do grupo de transição e fez um diagnóstico sombrio: “Há um desastre completo, desde a creche até a pós-graduação.” Vamos ter muito trabalho para superar esta terra arrasada.

Congresso homenageia João Felício



Em 2014, o professor João Felício foi eleito presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI), a principal entidade mundial da classe trabalhadora. Foi o primeiro latino-americano a ocupar o cargo. Felício faleceu no dia 19 de março de 2020, em São Paulo. Por isto, o V Congresso da CSI prestou uma honrosa homenagem a ele.

Formado em Educação Artística, ingressou na rede pública na década de 1970, quando também iniciou sua militância sindical. Na década de 1980, foi eleito para o Conselho de Representantes da APEOESP. Um ano depois, foi eleito Diretor do Departamento Cultural da entidade, onde ocupou outros cargos na executiva até ser eleito presidente do sindicato em 1987, reeleito em 1989 e 1991.

Em 2000, foi eleito presidente da CUT Nacional. Em 2002, ocupou o cargo de Secretário Geral, retornando à presidência da CUT Nacional em 2005, assumindo o cargo no lugar de Luiz Marinho, que assumiu o Ministério do Trabalho no governo Lula.

Deputada Professora Bebel é reconduzida à Assembleia Legislativa de SP

Com 155.983 votos, a Professora Bebel, presidenta da APEOESP, foi eleita para mais um mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo nas eleições realizadas em 2 de outubro.

A reeleição, como a deputada estadual mais votada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado de São Paulo, demonstra a importância do trabalho desenvolvido no primeiro mandato.

Para além da Educação, a Professora Bebel, por meio de um mandato popular participativo, foi autora de projetos e ações nas mais diversas áreas, dentro e fora da Assembleia Legislativa.

Leia a seguir a entrevista que a Professora Bebel concedeu ao Jornal da APEOESP.

JA. Qual balanço a senhora faz do ano de 2022?

Foi um ano de dificuldades e também de luta e renovação da esperança de nós, brasileiros e brasileiras, no futuro do nosso país.

Em São Paulo, conquistamos mitigar efeitos do governo estadual aos nossos direitos. Um desses grandes ataques foi a imposição da Lei Complementar 1374, contendo o subsídio e verdadeiro desmonte da nossa carreira. Recuperar a carreira e reverter a perda de direitos será nossa prioridade.

Entretanto, conquistamos o reajuste, embora insuficiente, de 10%, derrubamos o confisco salarial de aposentados e pensionistas e conseguimos evitar a demissão de 50 mil professores da categoria O, prorrogando os seus contratos.

Mas a maior vitória foi a eleição do presidente Lula para seu terceiro mandato, derrotando o governo autoritário de Jair Bolsonaro. Foi a vitória da esperança, do amor e da solidariedade sobre o medo, o ódio e o desamparo. Com a posse do presidente Lula, nosso país retoma o caminho do desenvolvimento, da distribuição de renda e da justiça social.

JA. Por favor, fale de sua reeleição como deputada estadual

Em primeiro lugar, agradeço cada um dos mais de 155 mil votos que recebi nas urnas. Eles renovam e reforçam em mim a vontade e o compromisso de trabalhar mais e melhor pela educação pública, serviços públicos, pelos direitos da nossa categoria e de todo o funcionalismo, pelas mulheres, população negra, pessoas LGBTQIA+, indígenas, juventude, quilombolas, enfim, todos os segmentos sociais oprimidos. Continuarei na luta pelo meio ambiente, agricultura familiar e todas as causas importantes para a população e a classe trabalhadora.



Momento da diplomação da deputada eleita, Professora Bebel

JA. Quais são as suas expectativas frente ao novo governo do Estado de São Paulo?

Evidentemente, não são muito otimistas, pela trajetória do novo governador e pelo que vimos no decorrer da campanha eleitoral. O povo paulista perdeu a oportunidade de

eleger o professor Fernando Haddad para colocar no Palácio dos Bandeirantes um forasteiro, que não conhece em profundidade os problemas e soluções do nosso estado.

As ideias que Tarcísio de Freitas apresentou na campanha são dissonantes com a realidade paulista e nossas necessidades. Vamos buscar o diálogo, apresentar

nossas reivindicações e nos mobilizar para conquistá-las. Queremos uma mesa permanente de negociação, assim como uma comissão paritária na SEDUC para a reconquista da nossa carreira.

Neste sentido, a escolha de Renato Feder para a secretaria da Educação também muito nos preocupa. Sua experiência no estado do Paraná aponta para a privatização, desrespeito ao Magistério e aos estudantes e políticas educacionais inadequadas. Não deixaremos de resistir e lutar contra qualquer tentativa de impor esse tipo de medidas na rede estadual paulista.

JA. Como assegurar o reembolso dos valores confiscados dos aposentados?

Vou cobrar do governador o cumprimento dessa medida mais que justa. Por outro lado, protocolei na Alesp o PLC 48/2022 que visa exatamente garantir essa devolução. Aproveito a oportunidade para dizer também que cobrarei do governo que cumpra o que determina a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação para garantir direitos aos professores da categoria O, por meio de uma nova forma de contratação, assim como o cumprimento de seu compromisso de campanha de revogar a Lei Complementar 1374.



Professora Bebel foi reeleita com mais de 155 mil votos



Família Noronha presente na cerimônia de diplomação



Com deputados eleitos, Eduardo Suplicy e Leci Brandão



Com Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes

EXPEDIENTE

DIRIGENTES RESPONSÁVEIS:

Roberto Guidão e Andréia Oliveira de Souza Soares. **Conselho Editorial:** Maria Izabel Azevedo Noronha; Fábio Santos de Moraes; Roberto Guidão; Andréia Oliveira de Souza Soares; Leandro Alves de Oliveira; Silvío de Souza; Rita de Cássia Cardoso; Richard Araújo; Miguel Noel Meirelles; Fláudio Azevedo Lima; Francisco de Assis Ferreira; Paula Cristina Oliveira Penha. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTB 37329). Textos de José Rocha Cunha, Ana Maria Lopes (MTB 23362) e Luis Brandino. **Fotos:** Rogério Cavalheiro e Roberto Parizotti. **Diagramação e Edição Gráfica:** Carlos Roberto Ferreira dos Santos. **Secretárias:** Edenilde do Nascimento e Amanda Souza. **Impressão:** Graftec. **Tiragem:** 180.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. Circulação em fevereiro. Publicação bimensal. **Distribuidora:** ACF Jaraguá. **Redação:** Praça da República, 282 - 5º andar - CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP

EXECUTIVA:

Presidente: Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice-presidente:** Fábio Santos de Moraes; **Secretário Geral:** Leandro Alves Oliveira; **Secretário Geral Adjunto:** Silvío de Souza; **Secretário de Finanças:** Miguel Noel Meirelles;

Secretário de Finanças Adjunto: Fláudio Azevedo Lima; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretário de Patrimônio Adjunto:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretário de Comunicações:** Roberto Guidão; **Secretária de Comunicações Adjunta:** Andréia Oliveira de Souza Soares; **Secretária de Formação:** Zenaide Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretário de Política Sindical:** Rita Leite Diniz; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretário de Políticas Sociais Adjunto:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Borioli Godinho; **Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta:** Ana Lucia Ferreira; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suelly Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Rosa Maria de Araújo Fiorentin; **Secretária para Assuntos Municipais:** Nilceia Fleury Victorino; **Secretário para Assuntos Municipais Adjunto:** Luiz Aurindo

Souza Oliveira; **Secretária Geral de Organização:** Cilene Maria Obici; **Secretário de Organização para a Capital:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** João Luis Dias Zafalão; **Secretária de Organização para o Interior:** Maria de Lourdes Rafael; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel; **Secretário de Organização para o Interior:** Jorge Leonardo Paz; **Secretário de Organização para o Interior:** Sérgio Martins da Cunha.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA:

Ademar de Assis Camelo; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva, Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Cláudia dos Santos; Ana Lúcia Santos Cugler; Anatalina Lourenço da Silva; André Murinho Ribeiro Chaves; Antônio do Vale; Antônio Gandini Júnior; Antônio Gerônimo; Antônio Jovem de Jesus Filho; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmem Luiza Urquiza de Souza; Cláudio Juhrs Rodrigues; Cláudio Luiz Alves de Santana; Cléofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Deborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliana Nunes dos Santos; Eliane Aparecida Garcia; Eliane Martiniano de Souza; Emanuel Duarte; Fábio Henrique

Granados Sardinha; Fátima Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos; Flávia Bischain Rosa; Felipe Brilhante Maropo; Geraldo César Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Gustavo de Freitas Agostini; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; José de Jesus Costa; Josefa Gomes da Silva; José Geraldo Corrêa Júnior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luis Antônio Nunes da Horta; Luzelena Feitosa Vieira; Mara Cristina de Almeida; Marcella de Campos Costa; Marcos César Luis Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichiole Pires; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Maurício Cavalcante dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronaldi Torelli; Ronaldo Nascimento Mota; Rui Carlos Lopes de Alencar; Silvío Carlos da Silva Prado; Stenio Matheus de Moraes Lima; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vânia Pereira da Silva; Walimir Siqueira; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonelli.